

DADOS GERAIS

NOME DO PROJETO	
CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA SÓCIO-AMBIENTAL	

GESTOR	PATROCINADOR	DURAÇÃO TOTAL DO PROJETO	INVESTIMENTO
JOSÉ FARIAS DE SOUZA FILHO	MINISTÉRIO PÚBLICO DA	4 ANOS	R\$ 1.000.000,00

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O saneamento ambiental da Paraíba é prioridade absoluta na atuação do Ministério Público nessa área temática. Nenhum dos 223 municípios do Estado dispõe de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos, com coleta seletiva e reaproveitamento econômico de orgânicos (compostáveis) e inorgânicos (recicláveis); as quatro bacias hidrográficas - Rio Paraíba, Piranhas-Açu, Litoral Norte e Litoral Sul - apresentam graves quadros de poluição ambiental, tendo como principais causas a liberação de resíduos sólidos a céu aberto, a liberação de efluentes industriais e sanitários sem adequado tratamento e a ocupação irregular das áreas de preservação permanente. O uso econômico dos recursos naturais e as diversas formas de poluição ambiental fazem eclodir conflitos sociais de todo gênero, não sendo justo esperar-se apenas que o Poder Público controle as atividades efetivas e potencialmente poluidoras com eficiência, quando a Constituição da República Federativa do Brasil atribui também à coletividade o dever de defender o meio ambiente e conservar os recursos naturais, como solo, água, mata ciliar e fauna. Assim, como instituição permanente e incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o Ministério Público apresenta-se como legítimo agente de transformação sócio-política da coletividade, especialmente para empoderamento social das comunidades locais, mediante mobilização que vise a criação, a instalação e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, instrumentos de exercício de democracia, de educação para a cidadania e de convívio entre setores da sociedade com interesses diferentes. Este projeto, portanto, tem por objeto o saneamento ambiental e o consumo sustentável de recursos naturais nas sedes das Promotorias de Justiça que cobrem as quatro bacias hidrográficas da Paraíba, mediante mobilização social para criação e instalação de conselhos municipais e capacitação de Promotores de Justiça e de conselheiros para resolução negociada de conflitos sócio-ambientais.

OBJETIVO E ESCOPO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS IMPACTADOS	CONTRIBUIÇÃO PARA ALCANCE DO OBJETIVO
Promover ações de saneamento ambiental nos centros urbanos e no meio rural	Criação e instalação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

ESCOPO: PRODUTOS E SERVIÇOS A SEREM GERADOS

1) Levantamento de valores humanos e atitudes dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente frente aos conflitos sócio-ambientais; 2) capacitação dos Promotores de Justiça com a finalidade de desenvolver comportamentos resolutivos de pacificação social; 3) realização de eventos públicos de educação ambiental nas Sedes das Promotorias de Justiça, como audiências públicas, palestras e seminários; 4) veiculação de campanhas de educação ambiental na rede estadual de comunicação de massa; 5) distribuição de material informativo sobre conservação de recursos naturais, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e exercício de cidadania; 6) mobilização das comunidades locais para criação, instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; 7) levantamento de valores humanos e atitudes dos Conselheiros frente aos conflitos sócio-ambientais; 8) capacitação dos Conselheiros Municipais para desenvolvimento de comportamentos resolutivos de pacificação social.

NÃO-ESCOPO

CRONOGRAMA

Nº	ENTREGÁVEIS E ATIVIDADES	RESPONSÁVEL pela atividade	STATUS	DURAÇÃO (DIAS)	INÍCIO (INSERIR APENAS DATA DE INÍCIO)	CONCLUSÃO
	Estruturação					00/01/1900
	Planejamento e gestão					00/01/1900
	Planejamento do projeto					00/01/1900

	Escopo					00/01/1900
	Elaborar carta do projeto					00/01/1900
	Elaborar a EAP					00/01/1900
	Cronograma					00/01/1900
	Definir prazos de início e entrega do projeto					00/01/1900
	Definir tempo de execução das atividades					00/01/1900
	Definir o encadeamento das atividades					00/01/1900
	Definir marcos do projeto					00/01/1900
	Alocação de recursos					00/01/1900
	Recursos Humanos					00/01/1900
	Definir a demanda de utilização dos recursos humanos					00/01/1900
	Verificar disponibilidade dos recursos humanos					00/01/1900
	Alocar os recursos humanos					00/01/1900
	Recursos Materiais e Serviços					00/01/1900
	Definir a demanda de utilização dos recursos					00/01/1900
	Planejar a aquisição de recursos					00/01/1900
	Adquirir recursos					00/01/1900
	Alocar os recursos					00/01/1900
	Orçamento					00/01/1900
	Verificar o valor da hora dos recursos humanos alocados					00/01/1900
	Estimar valor dos serviços e materiais envolvidos no projeto					00/01/1900
	Consolidar orçamento global do projeto					00/01/1900
	Definir fontes de financiamento					00/01/1900
	Validar orçamento global do projeto					00/01/1900
	Gestão do projeto					00/01/1900
	Reuniões com a equipe do projeto					00/01/1900
	Definir a periodicidade dos encontros					00/01/1900

	Divulgar a agenda de encontros					00/01/1900
	Realizar as reuniões					00/01/1900
	Gerar relatório/ata de acompanhamento					00/01/1900
	Reportes para reunião de gestão					00/01/1900
	Coletar informações de status do projeto					00/01/1900
	Alimentar informações no sistema / formulário					00/01/1900
	Elaborar relatório para a reunião de gestão					00/01/1900
	Reporte para membros					00/01/1900
	Coletar informações de status do projeto					00/01/1900
	Elaborar relatório					00/01/1900
	Plano de comunicação					00/01/1900
	Identificar público-alvo					00/01/1900
	Definir meio/formato da comunicação					00/01/1900
	Definir periodicidade da comunicação					00/01/1900
	Definir profundidade/ conteúdo da comunicação					00/01/1900
	Encerramento do projeto					00/01/1900
	Preencher formulário de encerramento					00/01/1900
	Realizar reunião de encerramento					00/01/1900
	Implementação					00/01/1900
	1) Levantamento de valores humanos e atitudes dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente frente aos conflitos sócio-ambientais;					00/01/1900
	Convênio com o Núcleo Bases Normativas do Comportamento Social - NSCS/UFPB					00/01/1900
	Elaboração e aplicação de instrumentos de pesquisa					00/01/1900
	2) capacitação dos Promotores de Justiça com a finalidade de desenvolver comportamentos resolutivos de pacificação social;					00/01/1900
	Curso sobre Controle Social e Política Nacional de Meio Ambiente - 20 horas/aulas					00/01/1900
	Curso sobre resolução administrativa de conflitos - 20 horas/aulas					00/01/1900
	3) realização de eventos públicos de educação ambiental nas Sedes das Promotorias de Justiça, como audiências públicas, palestras e seminários;					00/01/1900

	Audiências públicas para mobilização e conscientização da coletividade com vista à criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente					00/01/1900
	Seminários para capacitação de professores sobre direitos e deveres da cidadania quanto ao consumo sustentável dos recursos naturais					00/01/1900
	resíduos sólidos domésticos, à luz da Lei nº 12.305/2010					00/01/1900
	ambiental na rede estadual de comunicação de massa;					00/01/1900
	Convênio com o Departamento de Comunicação da UFPB para elaboração de mídias de campanhas educativas					00/01/1900
	Celebração de Convênio com Empresas de Comunicação Social para divulgação de campanhas de educação ambiental					00/01/1900
	5) distribuição de material informativo sobre conservação de recursos naturais, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e exercício de cidadania;					00/01/1900
	Celebração de Termos de Cooperação Técnica com a UFPB para elaboração e impressão de cartilhas, manuais e material informativo					00/01/1900
	Distribuição de cartilhas e impressos em escolas, sindicatos, associações, repartições públicas, igrejas, shoppings e comércio em geral					00/01/1900
	6) mobilização das comunidades locais para criação, instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;					00/01/1900
	Celebração de Compromissos de Ajustamento de Conduta com Prefeitos para criação e instalação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente					00/01/1900
	Realização de audiências públicas para discussão da criação e instalação dos Conselhos com a coletividade e a Câmara de Vereadores					00/01/1900
	dos Conselheiros frente aos conflitos sócio-ambientais;					00/01/1900
	Elaboração e aplicação de instrumentos de pesquisa					00/01/1900
	8) capacitação dos Conselheiros Municipais para desenvolvimento de comportamentos resolutivos de pacificação social.					00/01/1900
	Curso sobre Controle Social e Política Nacional de Meio Ambiente - 30 horas/aulas					00/01/1900
	Curso sobre resolução administrativa de conflitos - 30 horas/aulas					00/01/1900
	Acompanhamento					00/01/1900
	Produção de memória descritiva, visual e fotográfica de cada atividade					00/01/1900
	Recebimento de relatórios de atividades realizadas, de responsabilidade de cada executor					00/01/1900
	Recebimento de instrumentos de avaliação da efetividade das capacitações ministradas					00/01/1900
	Recebimento de instrumentos de análises estatísticas					00/01/1900
	Análise mensal da realização das atividades programadas					

COMENTÁRIOS

COMENTÁRIOS

--

DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTO EMITIDO POR

--

ATUALIZADO EM

--